

EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL COMO INSTRUMENTO PARA PROTEÇÃO E AUTOPROTEÇÃO DE CRIANÇAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS DE MOSSORÓ-RN

Nádja Grazielly Bezerra da Silva¹

RESUMO

As lacunas em conhecimento teórico-prático tornam a atuação profissional um desafio. A Educação Sexual é um caminho a se buscar, através de diálogos e desvelamentos. Situações de Abuso Sexual ocorrem dentro e fora do âmbito familiar, e desse modo, a criança necessita de uma rede de proteção a qual garanta seus direitos. É primordial que não somente os pais e responsáveis estejam atentos aos “sinais” da violência. Esta é também uma temática a ser destacada para profissionais das políticas que atendem às crianças e devem estar atentos às relações intrafamiliares, os fatores de proteção, negligências e situações de risco em que a criança possa se encontrar, às naturalizações das violências contra crianças nos espaços familiares e coletivos a partir de discursos e imaginários das comunidades, territórios e populações atendidas, bem como o trato da subnotificação. Como principais aportes teóricos: Campos (2019); Figueiró (2009); Brino e Williams (2003); Mendonça (2022). Para o atendimento à criança, é importante uma abordagem humanizada que passe segurança a mesma, um acolhimento com escuta qualificada, atenção continuada e especializada, por parte de uma equipe multiprofissional, eticamente comprometida com a proteção da criança. Uma das contribuições da Educação Sexual se define pela compreensão do que é a violência sexual, suas formas e sinais de alerta, pois desvela, desmistifica, escuta e não culpabiliza a criança e/ou adolescente em situações de abuso. A Educação Sexual trabalha o respeito a si e ao outro, além de conceder a capacidade de denunciar cenários de violência.

Palavras-chave: Educação Sexual, Infância, Políticas Sociais.

INTRODUÇÃO

O contexto histórico da Infância envolve determinações econômicas, políticas e socioculturais. A priori, as crianças eram descritas como adultos em miniatura, pois vestiam as mesmas roupas, faziam as mesmas atividades, as mesmas reações que os adultos e, como consequência, eram tidas como seres sem personalidade própria.

A infância é constituída historicamente em um complexo processo não estático, no qual o ser criança construiu sua individualização a partir do processo histórico da percepção da criança enquanto indivíduo.

¹Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, graziellynadja1@gmail.com.

O olhar à infância nos leva também a uma história de violação de direitos, de invisibilidade, exploração e abuso. E, por isso mesmo, também do seu contraditório: por a infância ser uma fase historicamente permeada pela violência e a vulnerabilidade, uma vez que passou por diversos processos e até a atualidade, há enfrentamento. Destacam-se movimentos sociais, redes, e segmentos em defesa da criança com lutas por um espaço protagonista e necessário para seu desenvolvimento, de modo que os direitos da infância no mundo sejam respeitados e perpetuados.

Figueiró (2009) considera a Educação Sexual como sendo "toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível do conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual" (FIGUEIRÓ, 2009, p. 64 *apud* FIGUEIRÓ, 2001, p. 17).

Para refletir sobre como acontece o encontro entre a temática do Abuso Sexual Infantil e as políticas sociais *locus* dessa pesquisa, julgamos necessário, primeiramente, situar sobre quais políticas sociais estamos falando. Nosso campo de pesquisa abrange a Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social, a Proteção Social Especial (PSE) da Assistência Social e a Atenção Primária à Saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS), com os respectivos equipamentos sociais: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Unidade Básica de Saúde (UBS).

A motivação pela escolha por esses equipamentos sociais (e não por escolas, creches e secretarias de educação) se deu pela decisão de ressaltar os espaços formais não-escolares como espaços também promotores de educação, por meio de suas ações, atividades e grupos socioeducativos.

Os sujeitos entrevistados são profissionais integrantes da Rede de Proteção Social² e, por meio dos espaços de atuação profissional, optamos por fazer uma pesquisa que entrevistasse várias categorias profissionais e não apenas assistentes sociais. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Art. 2º, a assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das

² É a articulação de programas sociais, os quais objetivam a garantia dos direitos e a proteção social de crianças e adolescentes. Como exemplo, temos a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como fonte de informações orais quanto a proteção dos direitos da criança e do adolescente, repassadas pelas secretarias (de assistência, saúde e educação) e Conselhos Tutelares do município de Mossoró-RN, a qual ocorreu no Teatro Municipal Dix-Sept Rosado, no dia 04 de abril de 2023.

pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

O CRAS, por funcionar como Proteção Social Básica, está ligado à prevenção de riscos pessoais e sociais, e possui uma vigilância territorial, abarcando grupos de crianças e adolescentes, grupos de mulheres e grupos de pessoas idosas. Com isso, uma de suas marcas é sua dimensão socioeducativa, ainda que não seja um serviço da educação.

Assim como o CRAS, a UBS atua por meio das relações estabelecidas no território concedendo uma assistência direta aos usuários. Através do mapeamento de doenças/adoecimentos, de violências e de experiências e potenciais para a promoção da saúde; priorizando a prevenção de doenças, promoção da saúde, redução de danos, diagnóstico precoce, recuperação, coordenação do cuidado pelos demais serviços de saúde e articulação intersetorial com serviços de outras políticas (BRASIL, 2017), a Atenção Primária à Saúde dispõe de uma função também educativa, havendo sentido em também fazer ações de educação: educação em saúde e educação em direitos. Destaca-se então, o território como ligação entre o CRAS e a UBS, equipamentos que são porta de entrada para as políticas dos quais fazem parte.

O CREAS, outro serviço que possui destaque em nosso trabalho, por funcionar como equipamento da Proteção Social Especial atende demandas de situação de risco e de violações de direitos, diferentemente da UBS e do CRAS, o equipamento não possui essa questão da vigilância territorial, apesar de desenvolver diretamente serviços de busca ativa através da abordagem social com grupos prioritários. Mas uma função educativa, pois, através da articulação em Rede participa de campanhas preventivas às violências e violações, e atende usuários vítimas de violação, auxiliando na não reinserção destes em situações de risco.

Todos os serviços disponibilizados por estes equipamentos têm teor educativo, e é primordial que essa visão seja ampliada, pois as políticas sociais são um espaço educativo e comportam a educação em direito, em saúde, e a socialização das informações do direito do cidadão, por exemplo. A educação está em todos os lugares, em todas as profissões (assim como as diferentes visões de mundo e as disputas ideológicas), equipamentos e serviços, seja ela

formal ou informal. Por isso, consideramos importante sistematizar experiências potentes em educação para a prevenção do Abuso Sexual, assim como destacar desafios.

METODOLOGIA

Foi realizada por meio de revisão bibliográfica acerca das categorias Infância; Abuso Sexual e Educação Sexual e por pesquisa de campo. O percurso metodológico para a realização deste trabalho se desenvolveu tendo como método o Materialismo Histórico Dialético, partindo de três categorias principais: totalidade, mediação e contradição. Conforme Netto (2011), “articulando estas três categorias nucleares - a totalidade, a contradição e a mediação -, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2011, p. 58).

O presente artigo possui natureza qualitativa, através do qual realizamos pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevistas com profissionais das políticas sociais do município de Mossoró-RN. Por questões éticas, manteremos a privacidade destes, e os codinomes³ dos sujeitos de pesquisa fazem referência a personagens e as respectivas autoras de cartilhas que já vimos ser utilizadas como metodologias para a Educação Sexual com crianças e adolescentes, no município de Mossoró-RN. Com isso, os codinomes são: Fifi, e Caroline.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Mendonça (2022) todo ato de violência contra crianças implica a negação de sua condição de sujeito de direitos. “Os atos violentos constituem violações dos direitos humanos da criança e se manifestam de diferentes formas, sendo as principais a física, a sexual, a psicológica e a de negligência, podendo ocorrer no ambiente da casa da vítima ou fora dele” (MENDONÇA, 2022, p. 135). A criança precisa da proteção e orientação de segurança em seu processo de desenvolvimento, por parte de um adulto responsável.

Apesar da rede de proteção social também atuar na prevenção e combate dessas violências, a realidade social denota a incidência de casos de abuso sexual infantil. A temática do abuso sexual contra crianças chega até os profissionais do CRAS, CREAS e da UBS por meio de casos, ofícios, denúncias (anônimas e/ou presenciais) e por meio de ações

³ Mantendo assim, o sigilo quanto a identidade dos profissionais.

interventivas; A violência sexual está fortemente presente no cotidiano profissional dos(as) entrevistados(as).

Todos(as) os(as) profissionais da Proteção Social Especial afirmaram que as demandas envolvendo Abuso Sexual infantil chegam de forma recorrente e cotidiana no equipamento em que estão inseridos, por meio de atendimentos individuais e visitas domiciliares. Como nos diz Caroline, profissional da Proteção Social Especial: “[...] tanto em visitas domiciliares como em atendimentos individuais aqui, que as pessoas chegam [...] né, e aí a gente se depara com essa demanda”. Fifi complementa:

— [...] abuso sexual de crianças e adolescentes é uma rotina do nosso trabalho, seja no atendimento as vítimas ou a seus familiares, e as repercussões sociais e de violações de direitos causadas por essa violência. [...] a gente não só atende esse público como tenta trabalhar também na proteção e, quando possível, na prevenção desse tipo de violência dentro das famílias, e eventualmente também na própria reidentificação dessa violência (Fifi).

O atendimento às vítimas e aos seus familiares é primordial para tratar a temática do Abuso Sexual infantil, a prevenção e até mesmo uma possível reidentificação da violência. Em consonância a isso, Mendonça (2022, p. 135) ressalta que “ao passar por uma situação violenta, ela [a criança] não é capaz de entender o que está acontecendo, nem de identificar a situação como sendo uma violência e assim procurar ajuda”. O atendimento aos familiares, além do atendimento à vítima, auxilia nesse processo de entendimento e na concepção de orientação por parte dos responsáveis no intuito de prevenir, conversar com a criança e passar segurança para um possível pedido de ajuda.

Nos casos de violência sexual contra a criança, Brino e Williams (2003) apontam que geralmente o agressor é conhecido da vítima e possui um vínculo com a criança; O que rompe, muitas vezes, com o conceito do lar e da família como um refúgio íntegro que possui proteção quanto ao mundo exterior, o que deveria ser o “lar, doce lar” está sujeito a não ser tão doce (BRINO; WILLIAMS, 2003).

Mendonça (2022) aponta que a autoproteção é uma estratégia de prevenção das violências cometidas contra crianças. Explica também que, a “formação para a autoproteção” se dispõe a oferecer orientações que auxiliam no reconhecimento da criança quanto a situações de risco, ameaças e a violências concretizadas. Conscientes e seguras dos limites sobre o toque de outros indivíduos em seu corpo, e de que pode dizer não e pedir ajuda a pessoas de confiança. A autora enfatiza a importância de

[...] dois aspectos na discussão sobre a autoproteção de crianças: o primeiro é que, para prevenir as violências, as metodologias disponibilizadas devem fazer parte de um conjunto maior de estratégias a serem desenvolvidas pelas famílias e instituições do poder público e privadas. O segundo aspecto é compreender que a criança nunca pode ser responsabilizada por sua proteção (MENDONÇA, 2022, p. 141).

Mendonça (2022) traz uma dimensão primordial, a não culpabilização da vítima, e a não responsabilização integral da criança quanto a sua autoproteção. Assim, a autoproteção é fundamental para a prevenção de todas as manifestações de violência contra a criança, não somente a uma específica. Através de metodologias que a englobam, há a conscientização da criança sobre ser um sujeito de direitos, e sobre o poder que ela pode e deve exercer sobre seu próprio corpo, e que os adultos devem protegê-las e não as pôr em uma situação de risco e/ou desconforto.

Conforme a criança se constitui como sujeito, ela constrói também sua identidade sexual e fundamenta suas relações afetivas. A Educação Sexual infantil tem um significado essencial para o indivíduo no decorrer de sua vida, com concepções significativas que refletem em sua vida adulta, concepções essas que advêm da sexualidade infantil (CAMPOS, 2019). Promover o debate é garantir que a criança tem acesso a uma orientação sobre seu corpo e sua sexualidade permitindo que ela possa prevenir e se proteger de situações de exploração, assédio e abuso sexual.

A criança que recebe a educação sexual desde pequena, a partir dos dois anos de idade passa a ter mais condições futuras de se defender contra possíveis violações, adquirem noções saudáveis de privacidade, respeito, pudor, assim como orientações de como cuidar melhor da própria higiene íntima (CAMPOS, 2019, p. 83).

É primordial reconhecer e auxiliar o processo de conscientização das crianças ao longo de seu desenvolvimento, desde o autocuidado até aos sinais de alerta em situações de perigo.

A Educação Sexual possui o teor preventivo essencial para a promoção da proteção e da autoproteção das crianças, bem como a compreensão da dinâmica do abuso. A temática da Educação Sexual é visível no dia a dia de trabalho das(os) entrevistadas(os), através de ações educativas, atendimentos individuais e compartilhados.

Importante potencialidade do trabalho realizado com a prevenção acerca do Abuso Sexual é, para os(as) entrevistados(as), a possibilidade de descortinar a invisibilidade desse

tema. Trazer para a sociedade, para os usuários dos serviços, para outros equipamentos da rede⁴ tendo em vista que ainda é comum a idealização de que não há possibilidade de acontecer uma situação de abuso em seu convívio familiar/social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que pais e profissionais reconheçam o caráter preventivo e norteador da Educação Sexual Infantil e como essa educação promove maiores chances de uma infância protegida contra violações (que são sempre possíveis), em contraposição ao senso comum de “isso não aconteceria em minha casa”. O adultocentrismo, a cultura do estupro e da pedofilia, adultização precoce, e a exploração sexual são alguns dos muitos respaldos ao Abuso Sexual.

Tendo como ponto de partida, a afirmação de que as crianças têm uma rede de apoio e suporte: educadores, pais, profissionais da saúde, psicólogos e assistentes sociais, e a sociedade como um todo, é necessária a conscientização da busca pela promoção da Educação Sexual como meio interventivo, preventivo, de orientação e informação sobre os fatores desencadeantes da violência sexual, trazendo reflexões, questionando posturas, tabus, crenças, valores, e discriminando o que é público e o que é privado. Desse modo, pode haver a compreensão social de que o Abuso Sexual está além do contato físico, uma vez que a concepção de abuso é muitas vezes focalizada no ato da penetração.

Os sujeitos de pesquisa, enquanto profissionais das políticas sociais, destacaram a importância da Educação Sexual em todos os níveis de proteção, relacionando o uso de metodologias lúdicas, ilustrativas e semiestruturadas como instrumentos utilizados para o trabalho com crianças. Nesse sentido, a criança teria mais abertura e segurança para a realização de denúncias, e desenvolveria a consciência da autoproteção.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido por multiprofissionais da Rede de proteção e combate ao Abuso Sexual contra crianças e adolescentes por meio da Educação Sexual, deve ser compreendido como um espaço no qual se pode, através de dinâmicas, metodologias ativas, problematizar temáticas, levantar questionamentos e ampliar a visão de mundo e de conhecimento, levando e dialogando informações fundamentais para os indivíduos de todas as faixas etárias, de acordo com sua idade e capacidade de apreender (e de se proteger) sobre elas.

⁴ Ainda que haja desafios na articulação entre a Rede no que se refere a essa temática. Não se pode perder de vista que essa articulação é um caminho possível e deve ser fortalecido diariamente por profissionais inseridos nas políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cadernos de Pesquisa, p. 113-128, 2003.

CAMPOS, Roger Henrique (Org.). Educação sexual infantil e vida adulta. *In: Infância e sexualidade: desafios para a educação sexual infantil*. Curitiba: Juruá editora, 2019. p. 81-85.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos**. Educação Sexual: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 63-104, 2009.

MENDONÇA, Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça. Os caminhos para a prevenção contra as violências e a autoproteção de crianças no Brasil: tendências e significados. *In: MENDONÇA, Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça (org.). Ensinar a se proteger: a autoproteção de crianças como estratégia de enfrentamento às violências*. Recife: Editora UFPE, 2022. p. 132-164. E-book.